

O PARADIGMA E A VIVÊNCIA: A busca de identidades*

Maria Leonor Carvalhão Buescu**

RESUMO: Ao erigirem os modelos clássicos da Gramática, transmitidos pela tradição latino-medieval, os gramáticos portugueses, em convergência com seus pares castelhanos, franceses e italianos, estão também a edificar um paradigma novo: a consciência românica. Para essa consciência, que é, ao mesmo tempo, um factor de identidade, contribui a dialéctica, profundamente criativa entre a postura reverencial em relação ao latim e a atitude por vezes "contestatária" em relação a uma *autoritas* que é, então, submetida a uma análise crítica e, até, a uma dinâmica de competição. Assim, a famosa "conformidade" com o latim, argumento maior e primeiro da apologia da Língua Portuguesa, concorre com esse outro argumento apologético, aparentemente inconciliável com o primeiro: a "desconformidade" em relação ao latim, argumento esse que vem, afinal, postular a identidade, individualidade e autonomia da Língua Portuguesa. Manifesto da consciência românica ou Romanidade, a codificação gramatical, isto é, a construção de quadros normativos, analógicos e sistemáticos, transporta consigo uma ideal de normalização, criador e legitimador da norma lingüística.

Palavras-chave: identidade, consciência românica, conformidade (com o latim), apologia (da Língua Portuguesa), quadros normativos, normalização.

Se nos parece que a consciência românica implica um processo de certa maneira lento, de algum modo penoso, e laboriosamente procurado, queremos dizer com isso, fundamentalmente, que os homens do Renascimento, origem da civilização moderna, se encontraram perante uma situação de dilema e radical contradição. Dilema e contradição que tentaram resolver, ultrapassando os riscos duma incoerência de fundo.

Por um lado, eles encontram nos modelos clássicos o "seu" próprio modelo. Mas, por outro lado, reivindicam a "sua" própria existência em termos contrastivos. Desde os primeiros gramáticos, e refiro-me, naturalmente, a Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540),

* Texto correspondente a conferência ministrada no dia 15/05/96 na Universidade de São Paulo.

** Universidade Nova de Lisboa.

se evidencia a preocupação de ajustamento dos modelos clássicos às realidades românicas. É o que se verifica, de resto, desde os *Regole della lingua fiorentina*, bem como na *Gramatica* de Nebrija, até João de Barros, o que levou, não sem excesso, à afirmação de Galindo: "Nebrija es... un gramatico del latín".

Parece, pois, que, hesitantes, os gramáticos das línguas vulgares, de 1490 a 1540, têm uma forte consciência da sua inexperiência em termos técnicos, e, perante a inexistência duma utensilhagem técnico-gramatical, encontram nas categorias e modelos dos Antigos as suas próprias categorias e modelos. Eles representam a autoridade, a experiência, durante séculos apurada, duma dialéctica profundamente criativa entre o aprender e o ensinar.

É por isso que, para além da nomenclatura, definições e conteúdo, ainda que – passe o paradoxo – conteúdo "superficial", a gramática das línguas vulgares vem colocar-nos perante a realidade que se constitui esse dilema, essa contradição, ao pôr em confronto o que pode considerar-se conteúdo "superficial" e conteúdo "profundo". No caso de João de Barros, o mais "latino" dos nossos gramáticos, poderemos, talvez, afirmar que a sua subordinação ao modelo clássico é mais formal do que real, isto é, mais superficial do que profunda. A análise do texto gramatical de João de Barros mostra-nos, estatisticamente, que ele se preocupa mais em demonstrar diferenças do que identidades. Coloca-se numa perspectiva metodologicamente contrastiva, mesmo quando adotando o esquema que poderá servir a *todas las linguagens*, não já como esquema latino, apenas, mas como esquema universal.

No caso de João de Barros, o primeiro grande gramático da língua portuguesa, a filiação latina da língua portuguesa e a sua conformidade com a língua-mãe, arduamente buscada e por vezes arditosamente forjada, constituem, sem dúvida, títulos de nobreza dos quais não prescindem e que se empenha em acentuar e sublinhar. Com efeito, para ele, "(a melhor e mais elegante das línguas) é a que máis se conforma com a latina". E acrescenta:

"Que se póde desejar na língua portuguesa que éla (não) tenha? Conformidade com a latina? Nestes vérsos, feitos em louvor da nossa pátria, se póde ver quanta tem,

porque assi sam os portugueses, que ôs entende o português, e tão latinos que ôs não estranhará quem soubér a língua latina."

É também na conformidade com o latim que Magalhães de Gândavo, já no declínio do século, põe a tônica apologética do seu discurso. Numa tranquila posição de confiança numa *auctoritas* que, ao contrário dos seus dois antecessores, Fernão de Oliveira e João de Barros, jamais submete a uma dinâmica de competição. Com efeito, Gândavo coloca-se, serenamente, numa perspectiva de salvaguarda e não de superação duma hierarquia. Para ele, os erros são cometidos "por não saberem latim (que he a fonte donde manou a mayor parte destes nossos vocabulos)" e, ainda que se dirija primordialmente aos "não latinos" e a eles, sobretudo, dedique a sua obra, a verdade é que não deixa de formular o seu voto, dizendo: "não avia de aver pessoa que se prezasse de si, q~ não trabalhasse por saber algu~ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues". Magalhães de Gândavo vê na proximidade ou semelhança a razão maior e talvez única das perfeições e excelências da língua portuguesa e até da sua individualidade em relação às outras línguas vulgares (no caso em presença, o castelhano), dissemelhantes, corruptas e afastadas do modelo hierarquicamente perfeito.

Por seu lado, também João de Barros não deixa de reconhecer a identidade contrastiva da língua portuguesa em relação ao latim. A conformidade surge, assim, segundo duas hipóteses, isto é, como argumento apologético e como referente. Mas a desconformidade transforma-se num segundo tópico de apologia, postulando a individualidade, a autonomia e, o que é mais, a aptidão expansionista e criativa da língua portuguesa. Assim, no fundo, a gramática vulgar surge, dentro de cada comunidade lingüístico-cultural, como um manifesto: manifesto de Romanidade.

É a partir e através da codificação gramatical e da tentativa – nem sempre conseguida – de construir quadros coerentes, homogêneos e analógicos de cobertura, que emerge a consciência românica.

Ora, se a noção de conformidade e filiação da língua vulgar em relação ao latim é, aparentemente, anulada pelo conceito de

desconformidade e autonomia ou independência, o que, na verdade, se verifica, é que essa anulação se transforma num reforço, pela conciliação desses dois pares opostos de conceitos.

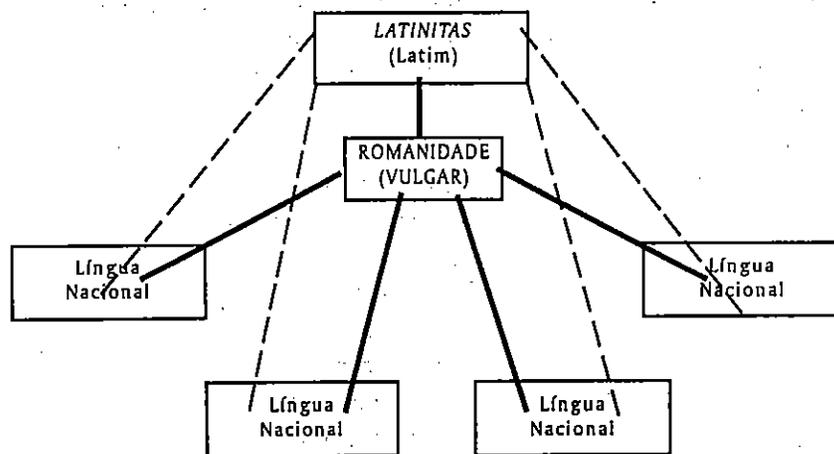
Conformidade vs desconformidade, filiação vs autonomia ou individualidade, são oposições que, realmente, engendram um pensamento novo, proveniente da invenção de novas categorias mentais. Delas emerge o que consideramos a consciência românica. A Romanidade surge, assim, da efectiva conciliação de conformidade e desconformidade, filiação e autonomia.

Ela constitui-se como uma forma ou um modo novo de existir. E, se é possível encontrar *graus* de existência, constitui-se como uma existência que potencia a actualização de diversas formas de existência particular: o modo de existir enquanto entidade nacional.

Dela vão emergir, efectivamente, as consciências nacionais, tuteladas por um elemento unificador que se traduz pela consciência da Romanidade.

A consciência nacional define-se segundo uma dialéctica – tensão criativa – entre a conformidade/semelhança e a desconformidade/diferença: entre a filiação/derivação e a autonomia/“corrupção”.

É assim que a uma primeira relação contrastiva entre o *latim* e o *vulgar* sucedem novas relações contrastivas no interior deste, definidas em função dessa entidade tutelar, abstratizante e formal: a *latinitas*.



A romanidade constitui um novo paradigma, que deriva sem fractura desse outro que o precedera, a *Latinitas*, que, não sendo um “paradigma perdido”, mas uma vivência, se institui como uma presença, – ainda que longínqua – estimulante duma dinâmica estabelecida através da competição e da hierarquia. Paradigma novo e fecundante, já que engendra e se multiplica, “biologicamente”, nos subparadigmas nacionais que vão afirmar-se e progredir em complexidade, força e comunicabilidade.

Claramente, os autores sentem-se na necessidade lógica de justificar no seu discurso os paralelismos estabelecidos, mostrando que não são arbitrários nem artificiais, mas assentam numa razão de concordância: “*portanto, seguiremos a sua ordem*”, “*à imitação dos quães, por termos as suas pârtes, dividimos a nóssa*”.

Destes exemplos, que se repetem ao longo das *Gramáticas* do renovador e inovador século XVI e que nos dispensamos de enunciar exhaustivamente, infere-se que o latim ou melhor, neste caso, a gramática latina, garante da *latinitas*, é, sobretudo, modelo e referência, utilizados criticamente.

O que é facto é que, ao longo de todo o texto da *Gramática* de João de Barros, por exemplo, se encontra subjacente um plano metodológico e, quase sem desvios, cada capítulo ou subcapítulo segue esse caminho processual: remissão para o grego (quando é o caso); formulação em termos de concordância ou contraste em relação ao latim; confirmação ou apoio em outras línguas (árabe, hebraico, às vezes grego ou outras); finalmente, descrição do português.

Em contrapartida, a preocupação em individualizar a língua portuguesa em relação à língua-mãe torna-se insistente no discurso de João de Barros (e mais ainda no de Fernão de Oliveira), pelo recurso repetido a uma técnica contrastiva. A oposição entre os factos latinos e as realidades românicas do português é marcada pelo uso constante do pronome *nós* que, assim, é contraposto a *eles*, os latinos. Surge, portanto, uma dialéctica formulada do seguinte modo:

nós	vs	eles
portugueses	vs	latinos
língua portuguesa	vs	língua latina

Entre *nós* e *eles*, porém, suprajaz uma entidade cuja tutela convém a ambos: a gramática, concebida como estrutura formal, isto é, universal.

Deste modo, embora, pelo menos no caso dos gramáticos portugueses, não nos pareça poder afirmar como Kukénheim que "l'idéal que les philologues patriotes se proposent est donc de battre en brèche le latin", a verdade é que cremos poder concluir-se que o binómio português-latim se coloca, sobretudo, como uma forma esclarecida e consciente de identificar a identidade de cada língua românica, como subconjunto unitário do supraunitário espaço cultural românico.

Não é, porém, apenas a gramática, concebida dentro dos moldes da tradição greco-latina, que está presente na visão contrastiva dos gramáticos do latino-vulgar. Ao codificarem as línguas até então anarquicamente organizadas, eles pretendem estabelecer quadros sistemáticos, capazes de restabelecer uma analogia interna no quadro da anomalia que, a seus olhos, era um sinal de imperfeição lingüística. Um dos "males" das línguas vulgares seria, para eles, a impossibilidade de reduzir o vulgar a quadros coerentes e analógicos. Se já Gelli discutira, no seu *Ragionamento*, "sopra la difficoltà dello ordinare detta lingua", e "la difficoltà del mettere in regole la nostra lingua", essa idéia, generalizada, torna-se um obstáculo em cuja superação os gramáticos vão empenhar-se. Valdès diria, no mesmo sentido: "Ya sabéis que las lenguas vulgares de ninguna manera se pueden reducir a reglas". E, contudo, esse é o empenho, a empresa e o feito. E daí o seu esforço para, atribuindo aos modelos clássicos o valor de modelos universais, encontrarem as fórmulas de coerência que conviessem às línguas vulgares. Empresa e feito que rapidamente ultrapassam, transferindo modelos e categori-

as até para a babélica descoberta do universo lingüístico do mundo recém-encontrado, numa manobra talvez equívoca, mas eficaz.

Ideal de normalização no qual João de Barros acredita, já que a língua portuguesa (como qualquer outra em qualquer latitude) *pode* ser reduzida a regras e não é mais anómala que outras (ele o demonstra). Depende dos futuros gramáticos, da sua meditação crítica; a construção de quadros definitivos: "E porque em todas gramáticas nam pôde haver régras tam gêraes que nam hája i algu~as eiceções, quando se achárem algu~as, destas régras das formações, a novidade da obra ô pôde desculpar".

Mas, além de "anómalas", as línguas vulgares eram, também, pobres. Anomalia e pobreza são dois factores de inferiorização que ressaltam tanto mais claramente quanto a regularidade majestática do latim e a sua copiosa elegância se apresentam como evidências perante os humanistas.

Essa taxa de pobreza é, no entanto, dialecticamente rebatida por João de Barros, num discurso que denuncia, subjacente ao tom apologético, a resposta a uma generalizada opinião: "Çerto, a quem nam falecer matéria e engenho pera demostrar a sua tençám, em nõssa línguagem nám lhe faleçerám vocábulos".

Ao postularem a igualdade das línguas vulgares em relação ao latim, os gramáticos quinhentistas têm, pois, de superar a anomalia e a pobreza. Quanto à primeira, já o vimos, julgaram tê-lo conseguido. Quanto à segunda, e mais uma vez, como meio de remediar a situação, se erige o modelo antigo-ou, especificamente, o modelo romano: "E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm", diz Fernão de Oliveira. E acrescenta, ainda que sem o entusiasmo que encontramos nas palavras de João de Barros, "sempre afirmarei que, pois Quintiliano, no primeiro livro confessa que os Latinos usavam de vocábulos emprestados, quando lhe os seus faltavam, que também da nossa língua tomaram alguns, como nós tomámos da sua, os quais como nossos os havemos de tratar e pronunciar (...). E, para que isto seja bem feito, é necessário que nesta parte não tenha licença senão quem com habilidade e saber for merecedor dela".

O enriquecimento vocabular que virá, finalmente, conferir às línguas recém-chegadas ao estatuto da codificação e da cultura um prestígio igual ao do latim, é, porém, definido pelos dois primeiros gramáticos portugueses segundo novos parâmetros.

Com efeito, está discursivamente demonstrado, na obra de ambos, que, segundo a lição de Horácio, na sua *Arte Poética*, que permite e recomenda o recurso à transposição de vocábulos gregos para o latim, assim também se permite e recomenda, "com habilidade e saber", a utilização de transposições latinas.

Esse é, pois, o primeiro parâmetro, cuja legitimidade é garantida pela autoridade dos Romanos. Mas os humanistas duma Idade já moderna, actores e espectadores, como em grande teatro aberto, duma acção que envolve uma viragem epistemológica – a grande viragem do Renascimento – não se limitam à "letra" do processo. Se haviam sido capazes de adaptar os quadros analógicos do esquema gramatical, primeiro às línguas vulgares europeias e, logo a seguir, às línguas exóticas extra-europeias, num criativo alargamento duma sugestão já por si audaciosa, eis que, neste caso, encontramos o mesmo percurso mental.

Com efeito, se a "letra" do preceito horaciano permitia a introdução de termos latinos, "usurpando vocábulos, que ôs fez máis elegantes do que foram óra (h)á cincoenta anos", o espírito do mesmo preceito leva agora mais longe, admitindo, como factores de transmutação, elementos de origem exógena que, tornando-se, "tam naturáes na boca dos hómens", são absorvidos sem alterarem a harmonia interna do paradigma original.

É isso que Fernão de Oliveira sintetiza: "O costume novo traz à Terra novos vocábulos".

Está, em tudo, presente o conceito quase biológico de geração e crescimento, implicando o conceito de língua-mãe correlato do conceito de "línguas descendentes". E se os pais e antepassados sobrevivem na memória e veneração dos filhos, encontramos expresso esse conceito na surpreendente reflexão de João de Barros em que, mais uma vez, a escrita se erige em função mnémica ou poder de lembrança. E também poder de permanência, oposta ao uso, móbil e inconstante, já que

a essas línguas não "mortas", mas perpetuadas numa descendência que se tornará planetária, não é possível modificar o estatuto, fixado para sempre no monumento da escrita, referente e raiz, paradigma e vivência.

ABSTRACT: By outlying grammar along the classical lines transmitted by the medieval Latin tradition, Portuguese grammarians, as well as their Castillian, French and Italian peers, are simultaneously building a new paradigm: the Romance consciousness. This consciousness, which is at the same time a factor for the formation of an identity, owes much to the contribution of the deeply creative dialectics between a reverential attitude towards Latin on the one hand, and, on the other, a challenging attitude towards an 'auctoritas,' which is, then, subjected to critical analysis and, even, to the dynamics of competition. Thus, the well-known assumption of the conformity of Portuguese with Latin, argument by excellence for the apology of the Portuguese language, coexists with another, apparently irreconcilable, but equally apologetic argument, namely: the 'disconformity' in relation to Latin. It is this last argument which finally leads to the claim of identity, individuality and autonomy of the Portuguese language. Being a manifesto of the Romance consciousness, or 'Romanity,' grammatical codification, that is, the construction of a normative, analogical and systematic framework is supported by an ideal of normalization, which founds and legitimates linguistic norm.

Keywords: identity, Romance consciousness, conformity (with Latin), apology (of the Portuguese language), normative framework, normalization.